

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.075 - PR (2019/0269414-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - SP211648
RECORRIDO : ANILSON RAMIRES DE CAMPOS
ADVOGADO : ALMERI PEDRO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR013911

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. com fundamento na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fls. 154-155):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS, LUCROS CESSANTES E TUTELA ANTECIPADA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO – AUTOR QUE TRABALHA COM A REALIZAÇÃO DE FRETES – GRAVAME INDEVIDO SOBRE VEÍCULO – IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DO BEM - ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE TRABALHO – PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES E DANOS MORAIS - CONCEDIDA LIMINAR PARA CORRIGIR O ERRO – INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE CUMPRIU A LIMINAR APÓS ESCOADO O PRAZO – MANTIDA A LIMINAR E REVOGADA A INCIDÊNCIA DE MULTA - INDENIZAÇÕES NÃO CONCEDIDAS – DANOS HIPOTÉTICOS NÃO INDENIZÁVEIS - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA – (1) - DANOS MORAIS E LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS E TESTEMUNHAS - PRECEDENTES DESTA CÂMARA – ÔNUS DA PROVA DO AUTOR (ART. 373, I, CPC) – (2) - DETERMINAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA MULTA EM VISTA DO ATRASO NO CUMPRIMENTO DA LIMINAR – MEDIDA QUE NÃO FOI REVOGADA – MANUTENÇÃO DA PENA ANTE O DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL - (3) - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS EM 20% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA – EXCESSO DE CONDENAÇÃO – ELEVADO VALOR DA CAUSA – AUSÊNCIA DE RECURSOS, OITIVA DE TESTEMUNHAS E PERÍCIA – POUCO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS AUTOS – MODULAÇÃO DA VERBA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MINORADOS E FIXADOS EM QUANTIA CERTA – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 184-200), sustenta a parte recorrente a existência de violação aos seguintes dispositivos:

a) arts. 77 e 378 do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que "não houve colaboração da parte adversa nos autos em transparecer com a verdade", porquanto não ficou demonstrado que a manutenção do gravame causou prejuízos ao recorrido. Aponta, ainda, que a transferência do veículo não teria sido feita não necessariamente por causa do gravame, mas porque os impostos do caminhão não teriam sido pagos. Requer, por fim, o afastamento da multa aplicada pelo Tribunal de origem.

b) art. 85, § 2º do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que o Tribunal, ao reduzir para R\$ 10.000,00 os honorários de sucumbência fixados pelo juízo de primeiro grau, contrariou a regra que determina que a verba honorária deve ser fixada entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação.

Contrarrazões apresentadas às fls. 212-214 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 217-218 (e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso merece prosperar em parte.

1. Inicialmente, constata-se da leitura do acórdão recorrido que o Tribunal de origem não decidiu acerca dos arts. 77 e 378 do CPC/15, de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial.

Saliente-se, ainda, que o recorrente não opôs embargos declaratórios contra a decisão impugnada, a fim de provocar o pronunciamento do Colegiado sobre a matéria tratada nos dispositivos mencionados.

Incidem, portanto, os óbices dispostos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 6º DA LINDB. INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. 2. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DEMONSTRANDO FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ARGUMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. 3. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DO TETO REGULAMENTAR. NECESSIDADE DE APORTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DAS MATÉRIAS OU TESES. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. FÓRMULA PARA O CÁLCULO DE BENEFÍCIO. CONTROVÉRSIA SOBRE DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO. INTERPRETAÇÃO CONFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. APLICAÇÃO DO ART. 31 DO REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS DA PETROS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

3. As matérias ou as teses relacionadas aos artigos apontados não foram enfrentadas pelo acórdão recorrido, o que obsta o conhecimento do recurso especial. Nesse ponto, incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1250115/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO

BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE COBRANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO. INCIDÊNCIA DE MULTA.

RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Observa-se que as matérias referentes aos arts. 9º e 525, do Código de Processo Civil, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido e a parte recorrente não manejou os necessários embargos de declaração objetivando suprir eventual omissão. Portanto, não se configura o prequestionamento, o que impossibilita a apreciação de tal questão na via especial (Súmulas 282 e 356/STF).

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1271636/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

2. No que diz respeito à aventada violação ao art. 85, § 2º, do CPC/15, o recurso merece ser acolhido.

Com efeito, trata-se na origem de ação de obrigação de fazer cumulada com danos morais e tutela antecipada ajuizada pelo recorrido, julgada parcialmente procedente. O juízo de primeiro grau fixou os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa em favor do Banco ora recorrente. O Tribunal estadual, por sua vez, reformou a sentença, reduzindo os honorários ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A Corte estadual manifestou-se nos seguintes termos (fls. 168-173, e-STJ):

6. Quanto aos honorários advocatícios, pleiteia o apelante a minoração do montante, vez que este foi fixado em 20% sobre o valor atualizado da causa, sem sequer haver fundamentação.

Da análise dos autos, vê-se que esta Ação foi ajuizada em 06/09/2016 (Mov. 1.1), tendo subido ao E. Tribunal de Justiça em 20/04/2018, estando tramitando há pouco mais de dois anos.

Embora não tenha sido julgado antecipadamente, o feito não exigiu apresentação de cálculos, não teve oitiva de testemunhas ou perícia. Também não houve Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração, sendo esta Apelação o único recurso apresentado no curso do processo.

De mais a mais, o valor atribuído à causa, na data da interposição, foi de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais). Ou seja, 20% do valor atualizado da causa é superior a R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), valor que reputo demasiadamente elevado para remunerar com dignidade o trabalho do causídico realizado na causa.

Desta forma, merece ser reformada a sentença neste ponto, com o fito minorar os honorários advocatícios orçados pelo d. Juízo a quo.

É sabido que o valor a ser pago como honorários sucumbenciais pode ser reduzido, ainda que em patamar inferior aos 10% do valor da causa, quando assim se verificar a necessidade, vez que o Magistrado não está restrito a estes limites percentuais independentemente do caso concreto, com amparo

no §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil em vigor.

(...)

De mais a mais, registre-se que, como dispõe o parágrafo 8º do artigo 85 do CPC/15, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do §2º.

(...)

Diante do exposto, dado que (a) a causa não exigiu nenhum trabalho extremo por parte dos procuradores; (b) o processo tramita há menos de 05 (cinco) anos; (c) não houve nenhum outro recurso no decorrer desta demanda; e, (d) o valor da causa é alto; é necessário arbitrar os honorários de sucumbência em quantia certa, qual seja, **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**), que reputo necessário e suficiente para bem remunerar o labor advocatício na causa em pauta e funcionar como medida censória à desídia da parte autora que contraria os deveres da boa política judiciária que informam o processo.

Contudo, no recente julgamento do REsp 1746072, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça confirmou o entendimento de que **os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.**

Nesse sentido, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra

categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, **SEGUNDA SEÇÃO**, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Com efeito, o § 8º do art. 85 do NCPC determina que "*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º*".

E, na linha da jurisprudência desta Casa, "**O § 8º do art. 85 do NCPC somente será aplicável nas causas em que for impossível atribuir valor ao bem jurídico pleitado.**" (EDcl no AREsp 737.982/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017).

Não se vislumbra, assim, nenhuma das hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do CPC/15 e autorizativas da fixação dos honorários por apreciação equitativa.

Outrossim, o § 6º do artigo 85 determina que "**Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.**"

Dessa forma, cabia o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais pela regra geral exposta no § 2º do mesmo dispositivo legal "***Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do***

serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.", razão pela qual merece ser acolhida a irresignação.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO NOBRE. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A Segunda Seção do STJ definiu os critérios para a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, conforme a seguinte ordem de preferência: **(I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedentes.**

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1800941/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. LIMITES. OBSERVÂNCIA. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.746.072-PR, decidiu que o § 2º do art. 85 do CPC/2015 constitui a regra geral no sentido de que os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor atualizado da causa.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 é norma de caráter excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, permitindo, assim, que a verba honorária seja arbitrada por equidade.

4. Na hipótese, os honorários advocatícios devem observar a regra geral do art. 85, § 2º, do CPC/2015, com a fixação sobre o valor atualizado da causa e atendendo aos limites legais.

[...] (AgInt no REsp 1778552/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 21/11/2019)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil

Superior Tribunal de Justiça

c/c Súmula 568/STJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial para restabelecer o percentual fixado na sentença à título de honorários sucumbenciais, qual seja, 20% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator